

EMBAIXADA DO BRASIL EM CARTUM
RELATÓRIO DE GESTÃO (2019 - 2021)
EMBAIXADORA PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA

SUDÃO

I. Cenário Político

Os acontecimentos e eventos ao longo de 2019 ainda repercutem nos campos da política interna sudanesa, da economia do país e nas relações bilaterais priorizadas pelo Governo de transição.

2. Permito-me recordar que as manifestações de dezembro de 2018, iniciadas em Atbara, cidade próxima à capital Cartum, culminaram na deposição do ex-Presidente Omar al-Bashir, em abril de 2019, após trinta anos de gestão.

3. Afastado al-Bashir, os cidadãos celebraram a ascensão de um governo civil, que deveria coordenar a gestão pública conjuntamente com representantes militares, fórmula negociada, com vistas a permitir levar adiante o processo de redemocratização do país. O Primeiro-Ministro Abdalla Hamdok, com longa experiência de trabalho em organismos internacionais, foi, naquele momento, o nome escolhido por consenso para conduzir a difícil reinserção do Sudão na arena internacional. Para tanto, adotou como prioridades o estabelecimento da paz e a recuperação econômica do país.

4. Essas duas realidades minaram o avanço mais rápido de providências mais eficazes contra a escassez de alimentos, de combustível, de emprego e de investimentos. O PM Hamdok empreendeu viagens a países de sua vizinhança (na África e no Golfo), da Europa e da América do Norte. Nos Estados Unidos, seu principal objetivo foi a suspensão do Sudão da lista que impediu o país de receber apoio financeiro internacional e de ter acesso a facilidades para conclusão de operações de comércio internacional. No que tange à reinserção econômica sudanesa, o PM Hamdok contou igualmente com o apoio político da União Europeia e de países europeus, como, por exemplo, da Alemanha, que se mostrou aliada de peso, na pressão pela suspensão do embargo e na transferência de recursos, em espécie, para o Banco Central do Sudão.

5. A gestão financeira de Hamdok foi, indubitavelmente, coroada pela retirada do Sudão da lista SST (países que fomentam o financiamento ao terrorismo), após 27 anos de vigência da decisão unilateral norte-americana. A remoção do nome do país teve impacto positivo sobre a economia sudanesa e facilitou sua reintegração aos sistemas econômicos regional e internacional. A expectativa era a de viabilizar novos fluxos de financiamento e empréstimos para o Sudão.

6. No plano interno, o PM Hamdok obteve resposta positiva aos esforços de negociação com o Sudão do Sul, com vistas à finalização dos acordos de paz pós-2009. Ainda havia protocolos não negociados, como o de Abyei, mas questões relativas ao Cordofão e ao Nilo Azul, com a inclusão de grupos rebeldes nas rodadas de negociação, foram definidas de maneira positiva, ainda que não tenham tido ainda conclusão satisfatória. De igual forma, no que diz respeito ao Sudão do Sul, o processo de

diálogo com grupos armados, avançaram no sentido de conclusão favorável. Naquele momento, havia disposição à paz por parte de todos os atores envolvidos nas negociações, fato inédito na recente história do Sudão.

7. O governo Hamdok também avançou em temas delicados, como, por exemplo, direitos humanos, como a ampla discussão sobre a eventual entrega do ex-Presidente Bashir ao Tribunal Penal Internacional (TPI) e a revogação da lei que impunha restritiva forma de conduta às mulheres.

8. Na construção da paz e estabilização política do Sudão, importante mencionar a celebração do Acordo de paz em outubro de 2020, envolvendo o governo de transição e movimentos armados do Darfur e das Duas Áreas (Nilo Azul e Cordofão do Sul). Passo fundamental para a transição política no Sudão, o Acordo previa, dentre outros itens, um reequilíbrio das forças políticas no país, no sentido de proporcionar mais poder às regiões que estiveram marginalizadas politicamente durante trinta anos, sob o regime de al-Bashir.

9. Essa previsão não permitiu redesenhar as forças que atuam em todo o Sudão, mas apenas reacomodar tendências, sem que, necessariamente, a tomada de decisão tenha se desviado de Cartum para regiões periféricas. Vários grupos armados que assinaram o acordo de paz com o governo estão divididos e os dois movimentos mais importantes ainda não aderiram à proposta. Uma das principais razões dessa divisão prende-se ao fato de que muitos desses grupos lutaram contra o governo de al-Bashir por longo período e julgam que em muito contribuíram para seu enfraquecimento progressivo, em especial os grupos da região do Darfur e das Duas Áreas. Entretanto, essa contribuição ainda não seria integralmente reconhecida pelo governo central em Cartum, no que tange à sua incorporação ao espaço político.

10. O Acordo de Paz de Juba foi assinado, pelo lado do governo, pelo Primeiro-Ministro Abdalla Hamdok, pelo General Abdel Fattah al-Burhan, Presidente do Conselho Soberano de Transição e pelo segundo no comando do CST, General Mohamed Hamdan Dagalo, conhecido como Hemedthi. Pelos grupos armados, foi signatária a aliança denominada Frente Revolucionária do Sudão, constituída por dois grupos: a) Movimento Justiça e Equidade, liderado por Gibril Ibrahim; b) Movimento de Liberação do Povo do Sudão Norte, representado por Malik Agar; e, c) Movimento de Liberação do Povo do Sudão - Minni Minnawi, aliado incondicional de Gibril Ibrahim.

11. Ainda não se somou ao Acordo de Paz de Juba o Movimento de Libertação dos Povos do Sudão-Norte, facção liderada por Abdelaziz al-Hilu, que atua no Cordofão do Sul e em partes do Nilo Azul. De igual maneira, a facção mais importante do Movimento de Libertação do Sudão no Darfur, liderada por Abdel Wahid al-Nur (SLM-AW), também não se incorporou ao acordo. A não participação desses dois grupos ainda é considerada por muitos analistas como um sério obstáculo à concretização plena do Acordo de Paz, por se constituírem nos grupos armados mais influentes e organizados das regiões em que atuam. No que diz respeito ao líder Abdelaziz al-Hilu, a questão central para sua recusa em somar-se ao documento de Juba continua sendo a previsão de um estado laico, para o qual existe cada vez menos consenso no Sudão. Por seu turno, Abdel al-Nur não teria assinado o Acordo por esperar garantias adicionais do governo sudanês com relação a sua tribo, os Fur, maior grupo étnico do Darfur. Os Fur estavam, naquele momento, em processo de retorno à região que ocupavam originalmente no Darfur, após longo período como deslocados internos pela ação das milícias árabes dos *Janjawid*.

12. Enquanto o Acordo de Juba integrava uns e separava outros, integrantes dos grupos armados que assinaram o Acordo foram agraciados com cinco ministérios no Gabinete do então Primeiro-Ministro Hamdok e com três assentos no extinto Conselho Soberano de Transição, que passou a contar com 14 membros. De igual forma, previa-se que os grupos signatários fariam jus a 25% dos assentos no Conselho Legislativo de Transição, que nunca chegou a ser constituído.

13. Ainda nos termos do Acordo de Paz de Juba, a distribuição dos ex-combatentes poder-se-ia efetivar em diferentes contextos: integração à polícia; absorção pela Inteligência; incorporação às Forças Armadas do Sudão ou às Forças de Apoio Rápido; ou, ainda, integração à vida civil, mediante programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR). No entanto, devido à escassez de recursos, o Sudão vê-se diante de sérios obstáculos para a implementação do documento pactuado em Juba nos prazos previstos.

14. Marco da gestão Hamdok, a reinserção do Sudão à arena internacional foi marcada pela realização de inúmeras conferências, como as em Berlim e Paris, em 2020. Promovidas com o intuito de permitir o repasse de contribuições ao Sudão, não alcançaram os objetivos propostos, ainda que, à época, as negociações envolvendo os Emirados Árabes Unidos resultaram no compromisso, não concretizado até o momento, de investimentos emiráticos da ordem de US\$ 8 bilhões. Já o Catar anunciou, em Paris, contribuições para a paz no Darfur da ordem de US\$ 2 bilhões, enquanto a Arábia Saudita comprometeu-se com investimentos de aproximadamente US\$ 3 bilhões.

15. Estados Unidos, Emirados Árabes e Arábia Saudita contribuíram com alimentos e combustível. Os demais países, sobretudo os que fazem parte da União Europeia, optaram por contribuições específicas, sobretudo em ações voltadas para educação e capacitação de jovens e mulheres.

16. Para além das considerações de ordem financeira, permito-me recordar que o Acordo de Paz de Juba suscitou mudanças amplas, no que tange ao equilíbrio de poder. O Movimento Forças de Liberdade e Mudança (FFC), uma das principais lideranças no processo de enfrentamento ao regime de al-Bashir, perdeu influência no âmbito do governo do PM Hamdok. De igual maneira, a incorporação de facções armadas e seus representantes às instituições de transição significou desequilíbrio de forças entre civis e militares na coalizão que governava o Sudão.

17. Menção também se faz necessária à UNITAMS (Missão Integrada das Nações Unidas para a Transição no Sudão) que substituiu a UNAMID (Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur), que atuou no Darfur por treze anos. Permito-me fazer referência a conversa mantida com Chefe da UNITAMS, Volker Perthes, em que me foi ressaltada a importância de a Missão buscar projetos que pudessem dar nova dimensão a seu mandato, além de promover impacto social nas comunidades periféricas do Sudão e contribuir com a criação das condições econômicas que permitissem gerar empregos e renda em favor de populações carentes. Há perspectiva é de que, com o apoio político e financeiro dos parceiros externos do Sudão, UNITAMS poderá implementar projetos voltados à construção da paz, governança e crescimento econômico.

18. De fato, o processo de transição política no Sudão foi interrompido no dia 25 de outubro, quando o General Burhan dissolveu o Conselho Soberano de Transição, em que militares e civis compartilhavam o poder decisório, alçou o General Hemedhi à condição de seu vice. Nem mesmo a recondução de Abdalla Hamdok ao posto de Primeiro-Ministro, mais de um mês após 25/10, foi suficiente para restaurar a estabilidade no país. A inviabilidade do pacto revelou-se definitivamente

com a renúncia de Hamdok em 02/01/2022, sem que tenha sido substituído até o momento. A quebra institucional resultou ainda na paralisação das atividades econômicas, com a interrupção da ajuda internacional ao país.

II. Relações bilaterais, incluindo projetos realizados

19. O ano de 2019 foi pródigo em acontecimentos para as relações bilaterais entre o Sudão e o Brasil. Vale recordar as missões de agrônomos e técnicos brasileiros ao Sudão, em projetos já implementados de cooperação na área de cana de açúcar. Novas frentes de cooperação também se abriram, com vistas à difusão de melhores práticas para o aumento da produtividade da cana. Também foi concluída, naquele ano, a negociação entre consórcio açucareiro, que reúne investimentos do Sudão e de outros países árabes, e uma empresa brasileira, para a produção de etanol, em região sudanesa, a partir da batata doce. A terceira etapa desse empreendimento foi concluída em 2021, com perspectivas de ampliação do escopo da parceria.

20. No que se refere à área social, destaca-se a implementação do projeto de cooperação intitulado “Comportamento Seguro”, voltado ao combate a violência física e psicológica contra meninas e mulheres sudanesas. A Embaixada em Cartum, com a parceria financeira do Grupo CTC, um dos mais importantes conglomerados empresariais do Sudão, com escritórios em Londres e São Paulo, trouxe para Cartum o Instituto Vanessa Ribeiro (IVR), pioneiro em oficinas práticas e teóricas sobre “Comportamento Seguro”. Originária da área de defesa pessoal, a instrutora Vanessa Ribeiro desenvolveu projeto de empoderamento e encorajamento femininos, a partir da conscientização e prevenção da violência. Atualmente, o Instituto desenvolve suas ações junto a escolas públicas da periferia de Brasília e do Recife, com o apoio de instâncias públicas e privadas do Brasil.

21. Em sua primeira edição em território sudanês, em setembro de 2019, o IVR circunscreveu-se a Cartum, em oficinas realizadas em corporações militares (polícia e Aviação Civil), empresariais (CTC; empresas de segurança), organizações internacionais (OMS, UNICEF, ONU-Mulher) e centros universitários (Universidade de Cartum e Universidade Ahfad para Mulheres). No total, foram treinadas mais de 800 mulheres e homens, em experiência inovadora na área de prevenção contra violência. O êxito da primeira visita resultou na segunda missão ao Sudão, também com o apoio financeiro do Grupo CTC e institucional da Embaixada. Em novembro do corrente ano, novas oficinas, focadas em escolas públicas e privadas, além de universidades, foram realizadas, em Cartum e nas cidades de Medani (três horas da capital) e de Sinar (cinco horas da capital). Os resultados não poderiam ser mais positivos. Somente nas duas últimas cidades, participaram dos treinamentos mais de 2.700 meninas e jovens e na Universidade Ahfad, mais de mil jovens foram contempladas nas oficinas promovidas pelo IVR.

22. A partir de 2020, iniciativa tornou-se em projeto regular, sempre com suporte financeiro do Grupo CTC. O Instituto Vanessa Ribeiro promoveria treinamentos em escolas públicas e centros universitários no Sudão, com o apoio institucional dos Ministérios da Educação, da Juventude e Esportes e do Trabalho e Desenvolvimento Social. A bem sucedida parceria na área de gênero levou a então Ministra do Trabalho e Desenvolvimento Social a convidar a Embaixada a reunião de trabalho, com vistas a discussão de projeto de parceria para a prevenção da violência contra segmento social símbolo do Sudão: as vendedoras de chá, que desenvolvem sua atividade nas ruas das principais cidades do país, e que são reconhecidamente vulneráveis a todo tipo de assédio. Infelizmente, a

pandemia de COVID e a situação política do Sudão impediram a continuação do projeto, que já mostrou sua relevância a instituições públicas e privadas sudanesas e poderá ser retomado, quando as circunstâncias permitirem.

23. Cabe ressaltar também como resultado positivo de 2019 para as relações entre Sudão e Brasil a visita do Presidente e do Vice-Presidente da Câmara Africana de Comércio. Em setembro, a visita, apoiada pela Embaixada e coordenada pela representação da FAO em Cartum, rendeu encontros com representantes empresariais e ministeriais, além de perspectiva de assinatura, em futuro próximo, de Memorando de Entendimento entre a Afrochamber e a Câmara de Comércio do Sudão. Além dos dois dirigentes da Afrochamber, também esteve em Cartum, com o propósito de explorar oportunidades de negócios *halal*, o senhor Mohammed Zoghbí, Presidente da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil (FAMBRAS) e Cônsul Honorário do Sudão em São Paulo. Era intenção do dirigente da FAMBRAS efetuar nova visita a Cartum, com vistas a conversar com autoridades locais sobre a possibilidade de desenvolver projeto de cooperação na área de capacitação em certificação *halal*, em favor de candidatos sudaneses, a partir da experiência brasileira, reconhecida como de qualidade e credibilidade. De novo, as restrições impostas pela pandemia de COVID e a situação política do Sudão impediram os novos planos de intercâmbio e contatos.

24. Em 2021, apesar das limitações de viagem ainda vigentes em função do COVID, foi realizado workshop, em Cartum, com o apoio institucional da Embaixada e o apoio financeiro da ONG ADRA-Sudão, sobre a gestão de resíduos e seu aproveitamento, incluindo sua conversão em energia. O Sudão conta com três aterros para receber o lixo produzido por seus mais de 5 milhões de habitantes. Como resultado de conversas com o representante da ONG ADRA-Sudão foi possível viabilizar a realização de visita do especialista Sílvio Magalhães Barros a Cartum, que já desenvolveu projeto semelhante em Ruanda, no período de 29 de março a 04 de abril de 2021. Na ocasião, foi efetuada avaliação das condições de desenvolvimento de projeto que vislumbrasse o aproveitamento do lixo e sua conversão em energia.

25. O projeto foi apresentado ao então Governador de Cartum, que determinou a formação de grupo técnico com vistas à elaboração de projeto de cooperação sobre gerenciamento de resíduos. A UNITAMS abraçou a ideia e incorporou o projeto a suas prioridades, em conjunto com outras organizações multilaterais e não governamentais presentes no Sudão. Em função da situação política do Sudão o projeto está em suspenso.

26. Em termos de cooperação acadêmica, foi realizado seminário virtual, entre os meses de março e julho de 2021, que buscou debater as relações culturais que unem Brasil e Sudão. O evento teve o apoio institucional da UNIFESP (Departamentos de História e Relações Internacionais) e do Instituto Federal de Brasília (IFB), além da Afrochamber, que ofereceu a plataforma para a realização do evento. O público-alvo foi constituído por Embaixadas africanas em Cartum, professores dos cursos de Relações Internacionais e História de universidades locais, integrantes da Chancelaria sudanesa (Departamento das Américas) e profissionais ligados ao UNICEF e UNESCO no Sudão. As palestras estão disponíveis na plataforma Youtube.

27. Por fim, não poderia deixar de ser mencionada importante ação concretizada no Sudão por iniciativa da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que viabilizou a oferta de *kits* de testagem de coronavírus, com os recursos alocados pelo Governo brasileiro à União Africana. Na sede do Laboratório Nacional de Saúde Pública, a doação foi realizada em cerimônia que contou com a

participação da Dra. Shahinaz Badri, Diretora Geral do Laboratório, do Embaixador Mohamed Belaich, Representante permanente da União Africana em Cartum, e do Dr. Hameed Nuru, Representante sudanês no Programa Mundial de Alimentos. Na ocasião, a Dra. Badri muito me agradeceu pelo gesto do Governo brasileiro de apoiar o Sudão em momento tão delicado. O Brasil, graças à decisão da ABC de canalizar ajuda por intermédio da União Africana, mostrou-se, mais uma vez, pronto a cooperar, de maneira célere e eficaz.

III. Cooperação bilateral vislumbrada

28. Permito-me apresentar, a seguir, sugestão de linha de trabalho a ser seguida a depender da evolução do cenário político sudanês:

- a) convocação do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, ou de reuniões tópicas de comércio, cooperação técnica e intercâmbio cultural e acadêmico;
- b) possíveis iniciativas de cooperação no âmbito da capacitação e do aperfeiçoamento de servidores públicos sudaneses, com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e do Instituto Federal de Brasília (IFB);
- c) implementação do Acordo entre Academias Diplomáticas;
- d) iniciativas de cooperação esportiva, em ambiente escolar, demanda apresentada pela parte sudanesa, com possível apoio de agências da ONU, como o UNICEF, e organizações regionais, como a União Africana;
- e) dar seguimento ao projeto "Comportamento Seguro", cujos bons resultados já destaquei acima;
- f) eventuais projetos de cooperação para o aperfeiçoamento do espaço urbano da capital sudanesa, incluindo planos de organização do transporte e de coleta e aproveitamento do lixo. Vale lembrar que Cartum e Brasília são cidades irmãs e que esses projetos também poderiam contar com a contribuição do governo do Distrito Federal.

29. Em termos de comércio e investimento, saliente-se que a pauta comercial poderia incluir a análise de estímulos conjuntos para o aumento do volume de exportações brasileiras de têxteis, calçados, produtos alimentícios e cosméticos para o Sudão, ao mesmo tempo em que seriam canalizadas diretamente, sem agentes intermediários, exportações sudanesas para o Brasil, incluindo, dentre outros produtos, goma arábica, hibisco, sorgo e carnes. Também poderiam ser vislumbrados, com vistas ao acesso de pequenas e médias empresas sudanesas ao comércio internacional, projetos voltados à capacitação desses empresários, que poderiam contar com a assessoria de órgãos como SEBRAE e SENAC. Tais ações teriam significativo impacto social e econômico no Sudão.

30. Vale recordar, igualmente, o interesse da Câmara Africana de Comércio de assinar Memorando de Entendimento com a Câmara Sudanesa de Comércio, o que poderá ser viabilizado, uma vez finalizado o processo de restruturação da instituição local. A esse esforço também poderia somar-se a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, que tem sido canal importante para a promoção dos interesses do Brasil no Sudão e do Sudão no Brasil, o Cônsul Honorário do Sudão em São Paulo e a Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, na pessoa de seu presidente o senhor Mohammed Zoghbi. Em três oportunidades, desde 2019, o senhor Zoghbi presidiu delegações de empresários brasileiros que buscaram no Sudão oportunidade para investimento na área agrícola. A esse respeito, cabe menção especial ao fato de que as referidas delegações contaram com o amplo e reconhecido conhecimento técnico do ex-Presidente da EMBRAPA, Sebastião Barbosa, profundo conhecedor do Sudão, em virtude de sua longa atuação junto à FAO e à EMBRAPA.

31. A complexidade do trabalho no Sudão, em contexto de queda do regime Bashir, transição política, conflitos tribais crescentes, protestos diários da sociedade civil, conflitos de fronteira, dentre outros temas, exigiu dedicação e atenção permanentes, além de uma ampla rede de fontes de informação. Percorrer essa jornada, em condições tão complexas, foi um privilégio e um aprendizado, além de ter sido um exercício permanente de superação pessoal. Encerrarei, pois, minha gestão à frente da Embaixada em Cartum, com a certeza de que tentei transmitir à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, não apenas informações tempestivas sobre o país, obtidas por meio de comunicação oficial e outros contatos, mas, sobretudo, a possibilidade de elevar a presença do Brasil no Sudão de um observador engajado para um potencial *stakeholder*.